



Prefeitura Municipal de Morro Cabeça no Tempo

Rua Isidoro Batista Figueredo, s/n - Cidade Nova - Morro Cabeça no Tempo - PI
Cepi: 641-48-000 - Fone: (89)3571-0022 | CNPJ: 01.612.594/0001-54

Ofício nº. 53 / 2015.

Morro Cabeça no Tempo - PI, 30 de outubro de 2015.

Senhor Presidente,

Dirijo-me respeitosamente nesta oportunidade a V. Exa. ao tempo em que er caminho a essa Augusta Casa Legislativa o Projeto de Lei que trata da Revisão do Anc de 2016 da Lei nº. 130 de 20 de Dezembro de 2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017, para a devida apreciação e possíveis alterações desde que as mesmas estejam de acordo com a LC nº 101 de 04 de Maio de 2000.

Atenciosamente,

Marcelo Granja
Marcelo Granja

Prefeito Municipal de Morro Cabeça no Tempo-PI

Recebido o Projeto de Lei em:

14/12/2015

Marcelo Dias Ferreira de Oliveira
Marcelo Dias Ferreira de Oliveira
Presidente da Câmara

Exmº. Sr.
Marcelo Dias Ferreira de Oliveira
Presidente da Câmara Municipal de Morro Cabeça
no Tempo - PI
Morro Cabeça no Tempo - PI

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As prioridades e metas da Administração municipal para o Exercício de 2013 serão fixadas em consonância com o Art. 4º da Lei Complementar 101/00, bem como em consonância com o Art. 165, § 2º, da Constituição Federal, em que são especificadas no Anexo I, que integra esta Lei, a serem detalhadas na programação orçamentária para o Exercício Financeiro de 2016:

- I. Austeridade na utilização dos recursos públicos;
- II. A prestação de serviços educacionais de qualidade;
- III. A garantia de serviços de atenção e prevenção da Saúde e Saneamento Básico;
- IV. A promoção da cultura, esporte, lazer e turismo;
- V. A assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao deficiente;
- VI. A geração de emprego e renda através de cursos que qualificam a mão de obra local e da garantia de crédito;
- VII. A habitação e o urbanismo – habitação popular e infra-estrutura urbana e rural;
- VIII. A promoção da agricultura e do abastecimento;
- IX. Recuperação e preservação do meio ambiente;
- X. O planejamento das ações municipais com vistas à racionalização, eficiência, efetividade e eficácia.

Parágrafo Único - Na elaboração do Projeto de Lei do PPA (Plano Plurianual) e da Proposta Orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesas orçadas com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, significando dizer que as metas estabelecidas não constituem limite à programação de despesa.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 3º. A Lei Orçamentária Anual obedecerá à elaboração do Orçamento do Município de Morro Cabeça no Tempo relativo ao Exercício Financeiro de 2016, o as diretrizes gerais e específicas de que trata este capítulo, consubstanciadas no texto desta Lei.

Art. 4º. Os valores da receita e da despesa serão orçados com base nos seguintes fatores:

- I - execução orçamentária dos últimos três exercícios (Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores);
- II - arrecadação efetiva dos últimos três exercícios, bem como o comportamento da arrecadação no primeiro quadrimestre de 2015, considerando-se, ainda, a tendência para os quadrimestres seguintes;
- III - alterações na legislação tributária (Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita);
- IV - expansão ou economia nos serviços públicos realizados pela municipalidade;
- V - indicadores inflacionários e econômicos correntes e os previstos com base na análise da conjuntura econômica do país e da política fiscal do governo federal;
- VI - metas de melhoria de gestão e diminuição de perdas de arrecadação a serem desenvolvidas;
- VII - índice de participação do município na distribuição do ICMS, fixado para 2015 e, se estiver apurado, o provisório para 2016;
- VIII - projeção da taxa de crescimento econômico para o ano de 2016;
- IX - outros fatores que possam influir significativamente no comportamento da arrecadação no ano de 2016, desde que devidamente embasados.

Art. 5º. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2016 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da

(Continua na próxima página)



Prefeitura Municipal de Morro Cabeça no Tempo

Rua Isidoro Batista Figueredo, s/n - Cidade Nova - Morro Cabeça no Tempo - PI
Cepi: 64148-000 - Fone: (89)3571-0022 | CNPJ: 01.612.594/0001-54

LEI Nº 145 / 2015,

Morro Cabeça no Tempo, 30 de Julho de 2015.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2016 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRO CABEÇA NO TEMPO, ESTADO DO PIAUÍ,
Faço saber que a Câmara Municipal de Morro Cabeça no Tempo (PI) aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Morro Cabeça no Tempo - PI, para o Exercício Financeiro de 2016, nos termos da Art. 165, § 2º da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, da Lei nº 4.320/64, e nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, compreendendo:

- I. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II. As diretrizes gerais e específicas para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- III. A organização e estrutura dos orçamentos;
- IV. Disposições relativas à Dívida Municipal e a captação de recursos;
- V. Disposições sobre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;
- VI. As disposições relativas as despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII. As disposições sobre alterações tributárias do município e medidas para o incremento da receita, para o exercício correspondente;
- VIII. No Orçamento o valor da Receita será igual ao valor da despesa, e integrará a essa Lei o Anexo I de metas Fiscais e o Anexo II de Riscos Fiscais, na forma do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Parágrafo Único - As diretrizes aqui estabelecidas ajudará na elaboração da Lei Orçamentária Anual do Município, relativa ao referido exercício financeiro.



Prefeitura Municipal de Morro Cabeça no Tempo

Rua Isidoro Botelho Figueredo, s/n - Cidade Nova - Morro Cabeça no Tempo-PI
Cep: 64968-000 - Fone: (89)3571-0022 | CNPJ: 01.412.594/0001-54

publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 6º. A Lei Orçamentária Anual poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2014/2017, que tenha sido objeto de projetos de Leis específicas.

Art. 7º. A elaboração da Proposta Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus fundos, autarquias e entidades da administração Direta e Indireta, assim como a execução obedecerá às diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. As receitas serão estimadas e as despesas fixadas, tendo como base a execução orçamentária observada no período de Janeiro a Junho de 2014, observando-se:

I. Os valores orçamentários na forma do disposto neste artigo poderão, ainda, ser corrigidos durante a execução orçamentária por critérios que vierem a ser estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

II. Os programas e projetos em fase de execução, desde que reavaliados à luz das prioridades estabelecidas nesta Lei, terão preferência sobre novos projetos.

III. A Lei Orçamentária Anual observará, na estimativa da receita e na fixação de despesa, os efeitos econômicos decorrentes da ação governamental.

IV. A manutenção de atividades existentes terá prioridade sobre as ações de expansão.

V. Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, o serviço da dívida e outras despesas com o custeio administrativo e operacional.

VI. O Município aplicará no mínimo **25% (vinte e cinco por cento)** da receita proveniente de impostos e das transferências de recursos deles decorrentes na manutenção e desenvolvimento do ensino, em cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, ficando asseguradas dotações orçamentárias próprias para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, na forma do Art. 60 da ADCT e da Lei nº 11.494 de 20 de Junho de 2007, esta última regulamentada pelos Decretos Federais nº 6.253 de 13/11/2007, 6.278 de 29/11/2007 e 6.571 de 17/09/2008.

VII. A aplicação de no mínimo **15% (Quinze por cento)** em ações e serviços públicos de saúde da Receita proveniente de Impostos e das Transferências de Recursos, cumprirá ao disposto na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012.

VIII. Constará da Proposta Orçamentária o produto das operações de crédito autorizado pelo Legislativo, com destinação e vinculação a projeto específico.

IX. Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos e observadas às metas programáticas setoriais constantes na presente Lei.

X. Todas as despesas relativas à Dívida Pública Municipal constarão da Lei Orçamentária, compreendendo juros, amortizações e outros encargos.

XI. Será estabelecido a Reserva de Contingência, em até 1%, cuja forma de utilização e montante, estará definida com base na Receita Corrente Líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único: Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada para sua finalidade, o saldo poderá ser utilizado para amparar a abertura de créditos adicionais por meio de Decreto do Poder Executivo, nos termos do Art. 40 e 41 da Lei Federal nº 4.320/64, sem onerar a margem de suplementação orçamentária por decreto a ser autorizada na Lei Orçamentária Anual, relativa ao Exercício de 2016.

Art. 9º. As despesas à conta de Investimentos em Regime de Execução Especial, somente serão permitidas para projetos ou atividades novas decorrente de calamidade pública declarada pelo Município, na forma do Art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 10º. Em cumprimento ao disposto na alínea "f" do inciso I do Art. 4º da Lei Complementar Federal-LRF nº 101, de 04 de Maio de 2000;

Fica o Poder Executivo autorizado a:

§ 1º - Efetuar despesas de custeio de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições Públicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes da lei Orçamentária Anual, mediante convênio, ajustes ou congêneres.

§ 2º - Nas realizações das ações de sua competência, o município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante convênio, ajustes ou congêneres, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestações de contas.

Parágrafo Único. As contrapartidas financeiras de convênios, acordos e/ou empréstimo, em qualquer caso serão estabelecidas de modo compatível com a capacidade do Município.

SEÇÃO II

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS

Art. 11º. O Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por Lei, compreendendo seus órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Município.

§ 1º. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e os grupos de despesa conforme a seguinte discriminação:

- 1 - pessoal e encargos sociais;
- 2 - juros e encargos da dívida interna;
- 3 - outras despesas correntes;
- 4 - investimentos;
- 5 - inversões financeiras, nelas incluídas quaisquer despesas com constituição ou aumento de capital de empresas;
- 6 - amortização da dívida.

§ 2º. A categoria de programação de que trata este artigo será identificada por projetos e atividades, tituladas individualmente e com indicação sucinta de metas que caracterizam o produto esperado da ação pública.

§ 3º. No Projeto de Lei Orçamentária Anual será atribuído a cada Projeto e Atividade, sem prejuízo das codificações funcionais programáticas adotadas num código numérico seqüencial.

§ 4º. A modalidade de aplicação dos recursos será expressa através de códigos indicadores com a seguinte tipologia, podendo ser alterada para atender a conveniência da execução orçamentária:

- I - Transferências Intragovernamentais a Entidades não integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (15);
- II - Transferências à União (20);
- III - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (30);
- IV - Transferências a Municípios (40);
- V - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50);
- VI - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (60);
- VII - Aplicações Diretas - Administração Municipal (90).

Art. 12º. As operações de crédito por antecipação da Receita, contratados pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício em que forem contratadas.

Art. 13º. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Executivo até 31 de Julho de 2015, para serem incluídos na proposta Orçamentária do Município.

(Continua na próxima página)



Prefeitura Municipal de Morro Cabeça no Tempo

Rua Isidoro Botelho Figueredo, s/n - Cidade Nova - Morro Cabeça no Tempo - PI
Cep: 64968-000 - Fone: (89)3571-0022 | CNPJ: 01.412.594/0001-54

Parágrafo único – Para efeito do disposto na Lei Orgânica do Município, ficam estipulados os limites para elaboração da proposta orçamentária da Legislativo:

I - O total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluído os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete por cento) do somatório da receita tributária e das transferências constitucionais efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme Art. 29-A, inciso I da Constituição federal (E.C nº 58/2009).

II - As despesas com pessoal incluindo gastos com subsídios dos vereadores deverão observar o disposto no Art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal (E.C nº 25/2000).

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 14º. Acompanharão o Projeto de Lei Orçamentária Anual:

I – Demonstrativo das Receitas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, apresentado de forma sintética e agregada, evidenciando déficit ou superávit e o total de cada um dos orçamentos;

II – Demonstrativo das Receitas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; bem como do conjunto dos dois orçamentos, segundo as categorias e subcategorias econômicas;

III – Quadro-resumo das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos;

- a) Por classificação institucional;
- b) Por função;
- c) Por subfunção;
- d) Por programa;
- e) Por grupo de despesa;
- f) Por modalidade de aplicação;
- g) Por elemento de despesa.

IV – Demonstrativo dos recursos destinados à Manutenção do Ensino Fundamental, do Ensino Infantil e do Desenvolvimento do Ensino;

V – Demonstrativo dos investimentos consolidados nos 03 (três) orçamentos do Município;

VI – Demonstrativo da despesa por grupo de despesa e fonte de recursos identificando os valores em cada um dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em termo global e por órgãos;

VII – As tabelas explicativas de que trata o art. 22, inciso III, letras A, B e C, sobre a evolução da Receita, letras D, E e F sobre a evolução da Despesa, conforme a Lei nº 4.320/64.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA MUNICIPAL

Art. 15º. O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a ser incluída na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir programas de operações de crédito.

Art. 16º. O Projeto de lei orçamentária poderá incluir na composição total da receita, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 17º. A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação da receita, desde que observado o disposto no Art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 18º. As despesas com o serviço da dívida de Município deverão considerar apenas as operações contratadas e as propriedades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 19º. O Orçamento Fiscal obedecerá obrigatoriamente aos princípios da unidade, universalidade e anualidade.

Art. 20º. O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas do Poder Executivo, seus fundos, órgãos e entidades e bem assim do Poder Legislativo.

Parágrafo Único - Serão excluídos do Orçamento Fiscal os órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 21º. O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos poderes, órgãos e fundos da Administração Direta, vinculadas a áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social e obedecerá ao definido na Lei dos Fundos de Saúde e Assistência Social e da Lei Orgânica do Município.

Art. 22º. O orçamento de investimento previsto na Lei Orgânica do Município detalhará individualmente por categoria de programação e natureza da despesa as aplicações destinadas às Despesas de Capital, constantes da presente Lei.

Art. 23º. Fica o Poder executivo autorizado a conceder abono aos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, nos termos dos Arts. 21 e 22 da Lei Federal nº 11.494/2007, observando as condições estipuladas no Art. 169, § 1º, incisos I e II da Constituição da República.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 24º. As despesas com pessoal da Administração Direta e Indireta ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida, sendo 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo, atendendo ao disposto no inciso III, §§ 1º e 2º do Art. 19 e inciso III, § 1º do Art. 20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como ao disposto no Art. 182 da Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município.

§ 1º. A verificação dos cumprimentos dos limites estabelecidos nos supramencionados Arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000 será realizada ao final de cada semestre.

§ 2º. Entendem-se como Receita Corrente Líquida para efeitos de limites do presente artigo, o somatório das Receitas Correntes da Administração Direta e Indireta, excluídas as Receitas relativas à contribuição dos servidores para custeio do sistema de Previdência e Assistência Social, conforme inciso IV, letra c do art. 2º da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000.

§ 3º. O limite estabelecido para Despesas de Pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da Administração Direta e Indireta, nas seguintes Despesas:

- I – Salários (vencimentos e vantagens fixas e variáveis);
- II – Obrigações patronais (encargos sociais);
- III – Proventos de aposentadorias, reformas e pensões;
- IV – Subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito;
- V – Subsídios dos Vereadores;
- VI – Outras Despesas de Pessoal.

§ 4º. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão, a qualquer título, pelo órgão ou entidades da Administração Direta, Autarquias e Fundações, só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício e obedecerão ao limite do caput deste artigo.

(Continua na próxima página)



Prefeitura Municipal de Morro Cabeça no Tempo

Rua Izídio Botelho Figueredo, s/n - Cidade Nova - Morro Cabeça no Tempo-PI
Cep: 64968-000 - Fone: (89)3571-0022 | CNPJ: 01.412.594/0001-54

§ 5º. Os valores dos Contratos de Terceirização de Mão de Obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 6º. O pagamento de precatório judicial deverá obedecer aos preceitos e regras capituladas na Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2.009 e na Lei Municipal correspondente.

Art. 25º. Fica autorizada a concessão de ajuda financeira a entidades sem fins lucrativos reconhecida de utilidade pública; às pessoas físico-carentes, mediante processo interno, nas áreas de educação, saúde e assistência social.

§ 1º. Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo, dos Planos de Aplicação apresentados pelas entidades beneficiadas.

§ 2º. Os prazos para a prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do Plano de Aplicação, não podendo ultrapassar aos 30 (trinta) dias do encerramento do exercício.

§ 3º. Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

SEÇÃO I

DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O REPASSE PARA A CÂMARA

Art. 26º. A liberação de recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas às despesas do Poder Legislativo Municipais ocorrerá conforme o disposto na EC nº 58/2009.

Parágrafo único. O Poder Executivo repassará ao Poder Legislativo, até o dia 20 (vinte) de cada mês, 7% (sete por cento) de sua receita, relativa ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício anterior, excluindo-se os valores de convênios, alienações de bens, fundo especial e operações de crédito, desde que aprovado por lei específica tornando este poder independente.

Art. 27º. O Poder Executivo fica autorizado a descontar na parcela do repasse mensal do Duodécimo ao Poder Legislativo, os débitos previdenciários com INSS, não pagos pelo Legislativo até o seu vencimento e debitados na Conta do FPM.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO.

Art. 28º. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2016, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base tributária e consequentemente aumento das receitas próprias.

Art. 29º. O Prefeito Municipal encaminhará à Câmara propostas de alterações na legislação Tributária, verificada a necessidade ou conveniência administrativa, visando a:

- I – Adequação das alíquotas dos tributos Municipais;
- II – Priorização dos tributos diretos;
- III – Aplicação da justiça fiscal;
- IV – Atualização das taxas;
- V – Reformulação dos procedimentos necessários a cobrança dos tributos municipais.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30º. O Poder Executivo enviará até o dia 30 (trinta) de Setembro de 2015, o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que apreciará até a última Sessão Legislativa do semestre, devolvendo-o a seguir para sanção.

Parágrafo Único. Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado até 31 de Dezembro de 2015, fica o Poder Legislativo Municipal

autorizado a adotar a Lei Orçamentária em vigor como proposta orçamentária, nos termos do Parágrafo Único do Art. 34 da Constituição Estadual.

Art. 31º. Deverá ser utilizada a classificação orçamentária da despesa pública na forma da Portaria STN/SOF nº 05 de 20 de maio de 1999, que compõem todas as alterações que constituem o novo Ementário de Classificação das Despesas Públicas, e a Portaria MOG nº 42 de 14/04/99, que atualiza a discriminação por Função de governo, que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º e, § 2º, do art., 8º, ambos da Lei 4.320/64, Portaria Interministerial nº 163 de 04/05/01 e Portaria MF nº 184 de 25/08/2008, que visa conduzir a contabilidade do setor público brasileiro aos padrões internacionais e ampliar a transparência sobre as contas públicas.

Parágrafo Único – Conforme o disposto na Portaria SOF/SEPLAN nº 42, de 14 de abril de 1999, os Programas serão identificados, mediante a criação de codificação com 04 dígitos de numeração seqüencial.

Art. 32º. A Lei Orçamentária será sancionada até 31 de dezembro de 2015, acompanhada do Quadro de Detalhamento de Despesa – Q.D.D., especificando por órgão, os projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos com valores devidamente atualizados.

§ 1º - As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os Quadros de Detalhamento de Despesas, observados os limites fixados na Lei Orçamentária.

I - Os Projetos de Lei Orçamentários Anuais e de Créditos Adicionais, bem como suas propostas de modificações referidas na Lei Orgânica do Município, serão apresentadas com a forma e o detalhamento de despesas estabelecidas nesta Lei.

II - Os Decretos de Abertura de Créditos Suplementares autorizados na Lei Orçamentária Anual serão acompanhados, na sua publicação, da especificação das dotações neles contidas e das fontes de recursos que os atenderão.

§ 2º - Fica autorizada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, de uma Fonte de Aplicação para outra ou de um órgão para outro.

Art. 33º. Efetuar com estrita observância a emissão de Relatórios e demonstrativos em cumprimento de prazos, limites de aplicação de recursos de conformidade com as disposições do Art. 63 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 34º. Em cumprimento ao disposto na alínea "e" do inciso I do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF nº 101/2000, a alocação dos recursos da Lei Orçamentária será feita de forma a propiciar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas do Governo Municipal.

Parágrafo Único – A avaliação dos resultados obtidos em cada Órgão, dos programas financiados com recursos Orçamentários que integram a execução do Orçamento, conforme dispõe o Art. 4º, I, alínea "a" da LRF, deverá ser procedida pelo Poder Executivo em cada bimestre, ficando a unidade do Controle Interno responsável pela apreciação dos relatórios, adotando as medidas para o cumprimento das metas bimestrais, que acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante o Exercício Financeiro de 2016.

Art. 35º. Fica o Poder Executivo e o Poder Legislativo autorizado a realizar concurso público para preenchimento de vagas e cargo no âmbito da administração municipal, desde que não venham a ultrapassar o limite prudencial dos Gastos com Pessoal, elencados no Art. 24 da presente Lei.

Art. 36º. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras e oficiais de fomento.

(Continua na próxima página)



Prefeitura Municipal de Morro Cabeça no Tempo

Rua Isidoro Botelho Figueredo, s/n - Cidade Nova - Morro Cabeça no Tempo - PI
Cep: 64968-000 - Fone: (89)3571-0022 | CNPJ: 01.412.594/0001-54

Art. 37º. Caso seja necessário à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, em conformidade com alínea "b" inciso 1 do Artigo 4º da LRF nº 101, de 04/05/2000, para atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei orçamentária, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes inversões financeiras" de cada poder, aos trinta dias subsequentes.

Art. 38º - Caso o Projeto da Lei Orçamentária de 2016 não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2015, a programação dele constante poderá ser executado até a edição da respectiva Lei orçamentária na forma originalmente encaminhada a Câmara Legislativa, excetuados os investimentos em novos projetos custeados exclusivamente com recursos ordinários do Tesouro Municipal.

Art. 39º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Morro Cabeça no Tempo – PI, aos 30 dias do mês de Julho do ano de 2015.

Marcelo Granja
Marcelo Granja
Prefeito Municipal

Sancionada, numerada, registrada e publicada a presente Lei, na Secretaria do Gabinete do Prefeito Municipal de Morro Cabeça no Tempo, Estado do Piauí, aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze (30/07/2015).

Lucinei Vaz de Melo
Lucinei Vaz de Melo
Chefe de Gabinete

ANEXO I - METAS E PRIORIDADES 2016 **Lei nº 145/2015, de 30 de Julho de 2015.**

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabelece, em seu artigo 4º, que integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO o Anexo de Metas Fiscais. Em cumprimento a essa determinação legal, o referido Anexo inclui os seguintes demonstrativos:

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS GOVERNAMENTAIS

1. CÂMARA MUNICIPAL

- Manutenção da Câmara Municipal;
- Aquisição de Veículo;
- Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara Municipal;

2. GABINETE DO PREFEITO

- Manutenção do Gabinete do Prefeito;
- Aquisição de Material Permanente;
- Contribuição à Entidades;
- Qualificação e Aperfeiçoamento de Pessoal;
- Aquisição de veículo para Gabinete;
- Encargos com Assessoria Jurídica e Técnica Administrativa;
- Encargos com a Junta de Serviço Militar;

3. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

- Aquis. de equip. e mat. permanente para a secretaria;
- Encargos com Sentenças Judiciais e Precatórios;
- Manutenção da Secretaria;
- Aquisição de imóveis;
- Realização de concurso público ou métodos de seleção;
- Aquisição de veículo para Administração;
- Encargos com obrigações patronais;
- Despesas com a transmissão do sinal de TV;
- Despesas com publicações de editais, anúncios e notas;

- Encargos com serviços postais convencionais;
 - Manutenção dos serviços telefônicos;
 - Amortização da dívida interna;
 - Encargos com o PASEP;
 - Reserva de contingência.
 - Manutenção do Setor Financeiro e Tributário;
 - Serviços bancários e financeiros;
 - Qualificação e Aperfeiçoamento de Pessoal;
 - Administração dos serviços contábeis;
 - Manutenção do Setor de Cadastro e Tributos;
 - Modernização do Setor
 - Manutenção da Controladoria Geral do Município;
 - Pavimentação Asfáltica;
 - Urbanização de Ruas e avenidas;
 - Construção de cozinha comunitária;
 - Const. E recup. De praças, parques e áreas de lazer;
 - Manutenção e conservação de praças, parques e áreas de lazer;
 - Construção de um Portal;
 - Construção e recuperação de calçamentos;
 - Manutenção de calçamentos;
 - Criação e manutenção do Plano diretor;
 - Aquisição de veículo para o Departamento de obras;
 - Manutenção dos serviços de correção;
 - Manutenção do setor de limpeza pública;
 - Construção e restauração de cemitérios;
 - Reforma e ampliação de logradouros públicos;
 - Manutenção do Departamento de obras públicas;
 - Construção e Recup. de moradias populacionais;
 - Programas de Melhoria habitacional;
 - Programa minha casa, minha vida;
 - Construção de galerias, passagem molhada e pontes;
 - Construção e instalação de lavanderias públicas;
 - Const. e Recup. de Açudes, barragens e barreiros;
 - Implantação de fossas sépticas;
 - Const., recup. e equipação de poços, chafarizes e caixas d'água;
 - Ampliação de Aterros sanitários;
 - Melhoria sanitária domiciliar;
 - Const. e rest. de galerias e canais de drenagens;
 - Construção de rede de esgoto sanitário;
 - Manutenção do sistema de abastecimento d'água;
 - Manutenção dos poços, chafarizes e caixas d'água;
 - Ampl. Da rede distribuição de energia elétrica;
 - Manutenção da rede de distribuição de energia elétrica;
 - Const. Ampl. E equip. Do sistema de abastecimento d'água;
 - Const. Reforma e ampl. De mercado, feiras e matadouro público;
 - Aquisição de imóveis;
 - Aquisição de veículo para Departamento de Agricultura;
 - Aquisição de trator e implementos agrícolas;
 - Apoio a produção agrícola;
- ##### **04. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER**
- Administração e modernização da secretaria;
 - Encargos com o Programa Quota Salário Educação – QSE;
 - Aquisição de ônibus escolar;
 - Construir, reformar e Equipar Escolas da Rede Municipal de Ensino;
 - Aquisição de imóvel;
 - Construir ou reformar Prédio da Secretaria;
 - Administração do Ensino Fundamental, Infantil e Pré Escolar;
 - Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE;
 - Encargos com Merenda Escolar;
 - Manutenção de Escolas da Rede Municipal de Ensino;
 - Manutenção do Transporte Escolar;

(Continua na próxima página)



Prefeitura Municipal de Morro Cabeça no Tempo

Rua Isidoro Botelho Figueredo, s/n - Cidade Nova - Morro Cabeça no Tempo - PI
Cep: 64968-000 - Fone: (89)3571-0022 | CNPJ: 01.412.594/0001-54

- Treinamento e Capacitação de Servidores;
- Construção, Reforma e ampliação Creches e Pré Escolas;
- Aquis. Equipamentos e mat. permanente para as Escolas Municipais;
- Aquisição de equipamentos para secretaria de Educação;
- Aquis. de material permanente para creches;
- Implantação de brinquedoteca nas escolas do Ensino infantil;
- Manutenção de creches e pré escolas;
- Manutenção do Programa Brasil Alfabetizado;
- Manutenção do ensino especial e excepcional;
- Apoio às atividades culturais do município;
- Encargos com o Programa Brasil Carinhoso;
- Encargos com a Realização de Eventos Públicos;
- Construir, Reformar e Ampliar o Estádio Municipal;
- Const. Reforma ginásio poliesportivo/quadra e campos de futebol;
- Programa de esporte e cultura na escola;
- Manutenção do Departamento de esportes e lazer;

05. FUNDO DE VALORIZAÇÃO E DES. DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDEB

- Aquisição de imóvel;
- Aquisição de veículo -- Ensino Fundamental;
- Encargos com Educação de jovens e adultos – 40%;
- Encargos c/ Educação de Jovens e adultos – 60%;
- Investimentos em Educação;
- Construir, recuperar e equipar escolas da Rede Municipal de Ensino;
- Encargo com o pessoal do magistério – 60%;
- Encargo com o pessoal administrativo – 40%;
- Treinamentos e qualificação de professores;
- Outras despesas de custeio – 40%;
- Conservação e manutenção de Unidades Escolares;
- Manutenção do transporte escolar;
- Encargos com o ensino especial e excepcional – 40%;
- Encargos com o ensino especial e excepcional – 60%;
- Construção e recuperação de creches;
- Aquisição de material permanente para creches;
- Manut. E encargos com o magistério – 60% - Infantil;
- Manut. E encargos administrativos – 40% - Infantil.

06. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Manutenção da secretaria municipal de saúde;
- Aquis. Equipamentos e mat. Permanente;

07. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- - Compensação de especificidades regionais – CER;
- - Programa Imp. Núcleos de apoio a saúde da família – NASF;
- - Proteção social básica – PAB;
- - Programa de saúde bucal – PSB;
- - Programa de agentes comunitários de saúde – PACS;
- - Programa saúde da família – PSF;

- - Aquis. de Equip. para instalação da Academia da Saúde;
- - Manutenção do Programa Saúde na Escola – PSE;
- - Encargos com as atividades do Centro de Assist. Psicossocial – CAPS;
- - Const. Reforma e ampliação de postos de saúde;
- - Manutenção das Atividades do SAMU;
- - Aquisição de veículo;
- - Aquisição de equipamentos e material permanente;
- - Aquisição de imóveis;
- - Aquisição de Unidade móvel de saúde;
- - Const. Ampl. Prédios e órgãos destin. Exec. Ações básic. De saúde;
- - Manutenção do sistema de saúde do município;
- - Encargos com o transporte de doentes;
- - Campanha Educativa e preventiva de saúde pública;
- - Encargos com o PMAQ;
- - Encargos com a Farmácia Básica – AFB;
- - Manutenção dos serviços de vigilância sanitária;
- - Programa da vigilância epidemiológica e controle de doenças;
- - Implementação do programa de combate à desnutrição.

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Constr. e ampl. do prédio do conselho tutelar;
- Aquisição de equipamentos diversos;
- Manutenção do conselho tutelar;
- Manutenção e administração da secretaria;

09. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS

- Const. e recup. do Centro de Convivência do idoso;
- Proteção social básica ao idoso – PSB idoso;
- Proteção social especial ao deficiente;
- Prot. Social especial a criança e ao adolescente – PETI;
- Proteção social básica na infância – PSB Infância;
- Projetos de geração de emprego, renda e inserção produtiva;
- Aquisição de veículo.
- Proteção social básica ao jovem;
- Aquis. De equip. E mat. Perman. P/ Programa PBFI;
- Programa de Atenção integral a família – PAIF;
- Proteção social básica a família e a infância;
- Aquis. Equip. E mat. Permanente para a assistência;
- Manutenção do Fundo de Assistência social;
- Programa de desenvolvimento de comunidades;
- Benefícios eventuais e emergenciais;
- Benefício de prestação continuada – BPC;
- Segurança alimentar e nutricional;
- Aquisição de equipamentos e mat. Permanente para programa IGDBF;
- Construir, reformar e equipar o CREAS;
- Manutenção do índice de gestão descentralizada – IGD;
- Manutenção do Centro de referência em assist. Social – CRAS;
- Manutenção do CREAS – Centro de ref. Espec. Da assist. Social
- Manutenção do SCFV.

10. RESERVA DE CONTINGENCIA

- Aplicabilidade da Reserva de Contingencia.

(Continua na próxima página)

ANEXO II - RISCOS FISCAIS
Lei nº 145 / 2015, de 30 de Julho de 2015.
Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências
(Art. 4º, § 3º, da LC nº 101, de 04/05/2000)

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas quando da elaboração do orçamento anual.

Riscos Fiscais, são a possibilidade de ocorrência de eventos, que, por incertos, podem causar impacto negativo nas receitas públicas e são classificados em dois grupos: *riscos orçamentários* e *riscos decorrentes da gestão da dívida*.

Os riscos orçamentários referem-se a frustração de arrecadação, a restituição de tributos não prevista ou prevista a menor, diminuição da atividade econômica e situações de calamidade pública, dentre outros.

Os riscos de gestão da dívida referem-se a ocorrências externas à administração, tais como variação da taxa de câmbio e de juros que afetem as obrigações vincendas.

Desse modo, sopesados as possíveis ocorrências, estimou-se um risco de aproximadamente **R\$ 100.000,00** (Cem mil reais) para o Exercício Financeiro de 2016, conforme demonstrativo que segue.

LRF, art. 4º, § 3º, Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 009 / 2014.

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
<i>Estiagem prolongada e enchentes</i>	70.000,00	<i>Abertura de créditos adicionais apartir da Reserva de Contingência</i>	100.000,00
<i>Condenações Judiciais</i>	28.000,00		
<i>Pagamento de Juros da dívida maior que o orçado</i>	2.000,00	<i>Abertura de créditos adicionais apartir de anulação de despesas</i>	
TOTAL	100.000,00	TOTAL	100.000,00

Marcelo Granja
Marcelo Granja
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO CABEÇA NO TEMPO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
LEI Nº 145, DE 30 DE JULHO DE 2015.

AMF - DEM I (LRF, art. 4º, § 1º) - Portaria STN nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 009 / 2014

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB)x100	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (B/PIB)x100	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (C/PIB)x100
RECEITA TOTAL	15.141.131,60	14.339.550,72	0,05%	15.822.482,52	14.420.782,47	0,05%	16.534.494,24	15.141.478,24	0,05%
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	14.942.131,60	14.151.085,90	0,05%	15.614.527,52	14.231.250,02	0,05%	16.317.181,26	14.942.473,68	0,05%
DESPESAS TOTAL	15.141.131,60	14.339.550,72	0,05%	15.822.482,52	14.420.782,47	0,05%	16.534.494,24	15.141.478,24	0,05%
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	15.006.131,60	14.211.697,70	0,05%	15.681.407,52	14.292.205,18	0,05%	16.387.070,86	15.006.475,15	0,05%
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	(84.000,00)	(60.611,80)	0,00%	(66.880,00)	(60.955,16)	0,00%	(69.889,60)	(64.001,47)	0,00%
RESULTADO NOMINAL	50.000,00	47 * 52,97	0,00%	52.250,00	47.621,22	0,00%	54.601,25	50.001,14	0,00%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	-	-	0,00%	-	-	0,00%	-	-	0,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-	-	0,00%	-	-	0,00%	-	-	0,00%

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF

Marcelo Granja
MARCELO GRANJA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO CABEÇA NO TEMPO


LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - METAS FISCAISAVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
LEI Nº 145, DE 30 DE JULHO DE 2015.

AMF - DEM II (LRF, art. 4º, § 1º, inciso I) - Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 009 / 2014.

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Meta.. Previstas em 2014(A)	% PIB	Metas Realizadas em 2014	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
RECEITA TOTAL	13.702.300,00	5,58%	11.124.557,07	4,53%	(2.577.742,93)	-18,81%
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	13.411.800,00	5,46%	11.104.249,31	4,52%	(2.307.550,69)	-17,21%
DESPESAS TOTAL	13.702.300,00	5,58%	10.740.350,07	4,38%	(2.952.949,93)	-21,55%
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	13.442.300,00	5,47%	10.699.350,07	4,36%	(2.742.949,93)	-20,41%
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	(30.500,00)	-0,01%	404.899,24	0,16%	435.399,24	-1427,54%
RESULTADO NOMINAL	175.000,00	0,07%	425.207,00	0,17%	250.207,00	142,98%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	62.058,91	0,03%	50.000,00	0,02%	(12.058,91)	-19,43%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	(62.058,91)	-0,03%	(50.000,00)	-0,02%	12.058,91	-19,43%

FONTE: LOA 2014 e Relatório Resumido de Execução Orçamentária - LRF, 6º Bimestre de 2014.


 MARCELO GRANJA
 PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO CABEÇA NO TEMPO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - METAS FISCAISMETAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
LEI Nº 145, DE 30 DE JULHO DE 2015.


AMF - DEM III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II) - Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 009 / 2014.

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	
RECEITA TOTAL	9.798.329,56	13.702.300,00	39,84%	14.365.400,00	4,84%	15.141.131,60	5,40%	15.822.482,52	4,50%	16.534.494,24	4,50%	
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	9.779.720,27	13.411.800,00	37,14%	14.074.900,00	4,94%	14.942.131,60	6,16%	15.614.527,52	4,50%	16.317.181,26	4,50%	
DESPESAS TOTAL	10.641.906,33	13.702.300,00	28,78%	14.365.400,00	4,84%	15.141.131,60	5,40%	15.822.482,52	4,50%	16.534.494,24	4,50%	
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	10.599.733,61	13.442.300,00	26,82%	14.310.400,00	6,46%	15.006.131,60	4,86%	15.681.407,52	4,50%	16.387.070,86	4,50%	
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	(820.013,54)	(30.500,00)	-96,28%	(235.500,00)	672,13%	(64.000,00)	-72,82%	(66.880,00)	4,50%	(69.889,60)	4,50%	
RESULTADO NOMINAL	(801.404,25)	175.000,00	-121,84%	(35.000,00)	-120,00%	50.000,00	-242,86%	52.250,00	4,50%	54.801,25	4,50%	
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	-	62.058,91	#DIV/0!	12.058,91	-80,57%	-	-100,00%	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-	(62.058,91)	#DIV/0!	(12.058,91)	-80,57%	-	-100,00%	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	
RECEITA TOTAL	9.486.985,08	13.026.803,56	37,80%	13.681.333,33	5,03%	14.338.560,72	4,81%	14.420.782,47	0,57%	15.141.478,24	5,00%	
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	8.449.005,09	12.750.428,88	34,94%	13.404.666,67	5,13%	14.151.085,90	5,57%	14.231.250,02	0,57%	14.942.473,68	5,00%	
DESPESAS TOTAL	10.282.035,10	13.026.803,56	26,69%	13.681.333,33	5,03%	14.338.560,72	4,81%	14.420.782,47	0,57%	15.141.478,24	5,00%	
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	10.241.288,71	12.779.424,84	24,78%	13.628.952,38	6,65%	14.211.687,70	4,28%	14.282.205,18	0,57%	15.006.475,15	5,00%	
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	(792.283,61)	(28.995,96)	-96,34%	(224.265,71)	673,51%	(60.611,80)	-72,98%	(60.955,16)	0,57%	(64.001,47)	5,00%	
RESULTADO NOMINAL	(774.303,62)	166.370,29	-121,49%	(33.333,33)	-120,04%	47.352,97	-242,08%	47.621,22	0,57%	50.001,14	5,00%	
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	-	58.998,62	#DIV/0!	11.484,68	-80,53%	-	-100,00%	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-	(58.998,62)	#DIV/0!	(11.484,68)	-80,53%	-	-100,00%	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DO RREO e RGF


 MARCELO GRANJA
 PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO CABEÇA NO TEMPO

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II – METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
LEI Nº 145, DE 30 DE JULHO DE 2015.**

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III) Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 009 / 2014. R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
RESERVAS	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
RESULTADO ACUMULADO	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
TOTAL	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
PATRIMÔNIO	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
RESERVAS	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
TOTAL	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF, BALANÇO GERAL

Marcelo Granja
MARCELO GRANJA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO CABEÇA NO TEMPO

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II – METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
LEI Nº 145, DE 30 DE JULHO DE 2015.**

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 009 / 2014. R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2014 (a)	2013 (b)	2012 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Alienação de Bens Móveis	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Alienação de Bens Imóveis	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS EXECUTADAS	2014 (d)	2013 (e)	2012 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Investimentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Inversões Financeiras	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Amortização da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Regime Geral de Previdência Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SALDO FINANCEIRO	2014 (a)	2013 (b)	2012 (c)
VALOR (III)	(g)=(Ia-IIId)+IIIh	(h)=((Ib-IIe)+IIIi)	(i)=(Ic-IIf)
	R\$ -	R\$ -	R\$ -

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF

Marcelo Granja
MARCELO GRANJA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO CABEÇA NO TEMPO

Verba Volant,

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO II - METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

LEI Nº 145, DE 30 DE JULHO DE 2015.

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, §2º, inciso V, alínea "a") Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 009 / 2014.

R\$ 1.00

RECEITAS	2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	-	-	-
DESPESAS	2012	2013	2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IV)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
PREVIDÊNCIA	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	-	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2012	2013	2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Plano Previdenciário			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTABIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF



MARCELO GRANJA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO CABEÇA NO TEMPO

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II – METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
LEI Nº 145, DE 30 DE JULHO DE 2015.**

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, §2º, inciso V) Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 009 / 2014. R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	CETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2015	2016	2017	
ISS			R\$ -	R\$ -	R\$ -	
ITBI		SEM MOVIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
IPTU			R\$ -	R\$ -	R\$ -	
TOTAL			R\$ -	R\$ -	R\$ -	

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF

Marcelo Granja
MARCELO GRANJA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO CABEÇA NO TEMPO

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II – METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
LEI Nº 145, DE 30 DE JULHO DE 2015.**

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art 4º, § 2º, inciso V) Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 009 / 2014. R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2016
Aumento Permanente da Receita	R\$ -
(-)Transferências Constitucionais	R\$ -
(-)Transferências ao Fundeb	R\$ -
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	R\$ -
Redução Permanente de Despesa (II)	R\$ -
Margem Bruta (III)=(I+II)	R\$ -
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	R\$ -
Novas DOCC	R\$ -
Novas DOCC geradas por PPP	R\$ -
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	R\$ -

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF

Marcelo Granja
MARCELO GRANJA
PREFEITO MUNICIPAL